



Vinícius Ramos Puccinelli¹, Raizza Lopes² e Caio Floriano dos Santos³

Resenha do Livro: MACHADO, C. R. S; SANTOS, C. F; MASCARELLO, M. A. (Org.) **Conflitos Ambientais e Urbanos: Casos do Extremo Sul do Brasil**⁴. Porto Alegre: Evangraf. 216 p. 2015.

No segundo livro organizado pelo Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil a centralidade analítica das pesquisas está nos conflitos socioambientais de casos do sul e extremo sul do país. A obra conta com uma apresentação das atividades do Observatório de Conflitos e mais onze artigos que percorrem o caminho do projeto desenvolvimentista pensado para a região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Nesta resenha, para que possamos apresentar e refletir sobre o livro, iremos nos ater aos artigos e ensaios referentes, especificamente, aos conflitos diretamente ligados às questões da modernização e expansão das atividades portuárias e pela introdução da indústria naval.

Podemos perceber, ao longo dos textos, que os esforços políticos e econômicos direcionados para o extremo sul se voltam para a questão portuária. No primeiro artigo sobre o tema, Diego Cipriano em - “O bairro Getúlio Vargas e a grande faxina dos anos 1970 (Rio Grande – RS): remoção de moradias, destruição de história das pessoas e a produção da desigualdade ambiental” - ao relatar sobre as consequências da expansão portuária (realizada a qualquer custo) nas relações territoriais dos/das moradores/as do Bairro Getúlio Vargas (BGV), torna pública uma versão ocultada na história da cidade sobre esse processo, pois procura contá-la a partir dos/das atingidos/das.

¹ Mestre em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande. Atualmente é discente em Ciências Biológicas/licenciatura e pesquisador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil.

² Bióloga e Mestranda em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande.

³ Doutor em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande. Pesquisador do Observatório dos Conflitos do Extremo Sul do Brasil.

⁴ O livro “Conflitos Ambientais e Urbanos Casos do Extremo Sul do Brasil” é uma coletânea de artigos e ensaios de pesquisadores/as do campo dos conflitos socioambientais. Esta obra é resultado de um segundo esforço do grupo de pesquisa Observatório de Conflitos Urbanos e Socioambientais do Extremo Sul do Brasil em agrupar pesquisas que têm nos conflitos a sua centralidade analítica.

As remoções impostas, neste caso, ajudam a entender a conformação territorial atual da cidade. Pois, uma parcela dos/das moradores/as foi levada para bairros afastados da zona portuária sem as mínimas condições habitacionais, não por acaso estes bairros, ainda hoje, sofrem com a falta de assistência e estrutura por parte do Estado. Assim, como descreve o autor, se consuma a produção da “segregação espacial” pensada e executada, na época, pelos partidários da ditadura empresarial-civil-militar.

Avançando no livro, Marcela A. Mascarello e Caio F. dos Santos abordando os dias atuais mostram que apesar de diferenças na forma, as intencionalidades dos projetos de expansão portuária continuam muito parecidas com o caso anterior, como demonstra o texto intitulado “Rio Grande (RS): entre a expansão portuária e a invisibilidade social programada”.

Ao sobrepor o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto do Rio Grande para à região do Superporto com a vetorização das comunidades locais é possível verificar que há uma nítida produção da invisibilidade destas comunidades, uma vez que sequer são consideradas no planejamento estatal realizado para essa área. Estamos diante então de uma invisibilidade programada que, como já dissemos, muda na forma, mas não em seu conteúdo.

Por fim, afirmam a necessidade de garantir os direitos dessas comunidades à cidade, se contrapondo ao deslocamento forçado e a invisibilidade programada dessa população realizada em detrimento de um projeto de crescimento econômico, no qual os/as próprios/as moradores/as locais não são beneficiários, pelo contrário, pagam caro por ele.

Esse processo é ampliado nos últimos 15 anos com a modernização portuária e o surgimento da indústria naval na região (GERHARDT *et al.*, 2014)⁵. Nesse sentido, Rafael Lopo, no capítulo intitulado “Do macro-discurso de pujança ao choque cultural: alguns dos impactos do polo naval na cidade de Rio Grande” procura realizar um debate “para além das muitas benfeitorias que são ditas aos quatro ventos advindas da instalação do Polo Naval em Rio Grande”.

⁵ GERHARDT, Cleyton; LOPO, Rafael; SANTOS, Caio Floriano. Pólo Naval de Rio grande: ideologia neodesenvolvimentista, "alternativas infernais" e "autoritarismos tolerantes". In: ZHOURI, Andréa e VALÊNCIO, Norma. **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais e garantia dos direitos humanos e difusos. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2014. p. 345 - 385.

O autor destaca o acréscimo de população em virtude da necessidade de mão-de-obra especializada para o polo naval. Fato que fez com que muitos trabalhadores viessem de lugares em que já havia uma indústria naval consolidada (Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e outros). Assim, analisou os "termos e discursos para avaliar e estigmatizar os trabalhadores do trecho", usando para tanto o vídeo de duas músicas disponíveis no site de vídeos abertos (Youtube), sendo elas: "Foge que é baiano" e a "Resposta pros Gaúchos". Nesse sentido, "o termo baiano surge no cotidiano e nas narrativas de locais para determinar e separar quem é de fora", ou seja, quem não é gaúcho, é baiano.

Conclui afirmando que "é possível, ainda ver que a especificidade do trabalho, aliado à novidade que suas diferentes feições trazem para a cidade de Rio Grande, levantam questões interessantes para diversos campos da pesquisa ligada a estes novos conflitos" (p.89).

Em "A gestão dos conflitos socioambientais em São José do Norte (RS): contradições entre discursos e ação política no bem estar da população" os autores (Danúbio Amorim Roig e Carlos RS Machado) procuram relacionar alguns conflitos urbanos e ambientais no município em virtude da instalação do estaleiro EBR. Que compreendem "como um grito contra a injustiça".

Levantam os discursos dos demandantes (moradores que reivindicam) e dos demandados (poder público e empresários), que para eles evidencia um descompasso entre os discursos antes da instalação do estaleiro EBR e a realidade concreta observada. Essa última agravada pelo despreparo dos gestores públicos municipais.

Finalizam argumentando que as promessas de um futuro promissor "até o momento não vem alterando a dinâmica de desigualdade social instituída e a desestruturação urbana". Portanto, não passou de um discurso que visava apenas conseguir o consentimento da população para a instalação do empreendimento.

Rodrigo Gibbon Costa e Carlos RS Machado discorrem sobre as políticas públicas e o saneamento básico⁶ em São José do Norte, fazendo uma correlação com a instalação de um estaleiro. Segundo os autores, o município cresceu de modo desorganizado, consequência da falta de planejamento e políticas públicas para a cidade, atendendo prioritariamente a lógica do mercado. Com isto, é possível observar que a

⁶Entende-se, neste estudo, Saneamento Básico como: Abastecimento de água potável, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, etc..

cidade passou a ser ocupada em áreas de proteção ambiental, como é o caso das dunas e de outras regiões mais afastadas do centro. Com isso, concluem que, possivelmente, essas localidades receberão um aumento significativo de pessoas por ocasião da instalação do estaleiro.

A instalação do Estaleiro em São José do Norte, além dos discursos dos empregos, traz consigo impactos no contexto socioeconômico local, tanto para os munícipes quanto para os trabalhadores que vêm de outros lugares em busca de trabalho.

Os autores destacam que os problemas relativos ao saneamento básico no município são anteriores ao empreendimento naval, uma vez que segundo dados da Companhia Rio Grandense de Saneamento – CORSAN (2014): 13% da população urbana e 23% da total não possuem acesso à água potável. Além disso, o município não possui esgotamento sanitário, assim o esgoto doméstico é despejado em arroios e na Laguna dos Patos, ocasionando danos ao meio ambiente e à saúde pública. E, o manejo dos resíduos sólidos também apresenta problemas em relação à coleta, tratamento, transporte e destinação final, o que reflete a falta de comprometimento por parte da empresa responsável e da prefeitura pelo fornecimento do serviço. Esse cenário, para os autores, aponta uma perspectiva de agravamento no que se refere a esses serviços.

Estes artigos, para além de seus eixos analíticos, possuem um aspecto comum: evidenciam que a ideologia liberal - encarnada no discurso desenvolvimentista - tenta convencer que está a favor dos pequenos empresários e até dos trabalhadores, quando na verdade este tipo de projeto resulta em remoções injustas, invisibilidade programada dos mais pobres, precarização das questões de moradia, saneamento básico e etc. Em contrapartida, para os grupos dominantes ficam as isenções de impostos, o incentivo às instalações e a flexibilização da legislação ambiental.

Os projetos/programas de Educação Ambiental (EA) aparecem, frequentemente, associados às instalações de projetos de desenvolvimento deste porte. Este fato exige, mais do que nunca, uma postura politicamente situada e crítica dos/das educadores/as ambientais frente aos avanços desenvolvimentistas que ao financiarem projetos/programa de EA determinam suas parcas possibilidades e seus muitos limites.

É neste sentido que esta produção coletiva do grupo Observatório de Conflitos do Extremo Sul do Brasil pode contribuir para o debate no campo da educação ambiental. Parece-nos, no mínimo, curioso que a instalação de projetos de

desenvolvimento culmine em ações de EA voltadas para a educação (catequização) dos grupos locais e dos trabalhadores de empresas. Afirma-se, portanto, que os empreendedores nada tem a aprender com a EA.

Outro aspecto que nos importa destacar é referente às ações universalizadas de/em EA, frequentemente expressas em atividades como hortas e o destino correto dos resíduos sólidos. Longe de negar a importância destas atividades, problematizamos a lógica que move ações tão semelhantes em locais (territórios) distintos. Leite Lopes (2004)⁷ já apontava para a EA como um manual de etiquetas com códigos de comportamento individuais.

O caráter universal e homogeneizador destas ações que prezam por comportamentos individuais como condição para o “equilíbrio” do meio ambiente não apresentam vínculos com a realidade concreta que envolve os grupos para os quais a EA é pensada/praticada. Ao partir de sujeitos ideais e de condições de vida e comportamentos também ideais, a EA torna-se arbitrária, pois, nega a condição histórica e socioambiental que envolve os grupos.

Mais do que ações para mitigação de impactos gerados pela instalação de grandes projetos de desenvolvimento, acreditamos que a EA guarda em si a possibilidade de questionamento da ideologia neoliberal que mercantiliza os territórios e objetifica os grupos, tornando-os alvo de uma EA que não reconhece o protagonismo de suas existências. Por fim, acreditamos que, embora muitos sejam os modos de se engendrar a EA, escolhemos neste trabalho, fazê-lo através da explicitação dos conflitos que envolvem a instalação de grandes projetos de desenvolvimento.

⁷ LEITE LOPES, J.S. **A ambientação dos conflitos sociais: Participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.